

Contextualizando o Ensino de Classes de Palavras

Hilton Silva*

Ainda hoje, quando o tema Ensino de Classes de Palavras é colocado para uma discussão, tem-se a sensação de que as bases lançadas e os fundamentos para esse ensino constituem-se em um verdadeiro e tenebroso mistério e não raras vezes causam um "frisson" naqueles que são chamados a discutir ou ensinar o assunto.

O que ocorre, na realidade, são as formas de abordar o tema e seu ensino. Trabalhar com classes de palavras tem se limitado aos "chamados" aspectos morfológicos e vez por outra aos aspectos sintáticos e, sempre, são vistos de uma forma fechada, como se fosse uma espécie de "receita pronta": adjetivo é adjetivo, pronome é pronome, preposição é preposição, sujeito aparece aqui, complemento vem depois disso e assim por diante. Esse processo é decorrente da orientação vinda desde o primeiro grau estendendo-se até o segundo grau em nossas salas de aula onde se mistura o aspecto morfológico com o aspecto sintático, sem relacioná-los, é claro, e nem tampouco coordenar esforços no sentido de mostrá-los em uma frase maior. Ao nosso ver, o estudo feito em um contexto maior facilitaria todo o processo de compreensão e aprendizagem afinal, nada mais interessante que se observar o efeito das características da estrutura de um sintagma, parece que está tudo muito e sempre arrumadinho, cada coisa em seu devido lugar, esperando apenas pelo entendimento da mensagem.

O aspecto semântico, esse então, depois de ser deixado de lado por muito e muito tempo, parece que, hoje, surge como salvador e reorientador das questões sobre Classes de Palavras, e é com satisfação que temos ouvido nossos colegas e alunos colocando preocupações e questionamentos acerca desse aspecto. Alguns livros didáticos já se posicionam abertamente sobre o assunto, refletindo, finalmente, um novo pensar, saindo da relação meramente morfológica, num primeiro momento e sintática, em seguida, esta última causadora de verdadeiras "dores de cabeça" em professores e alunos, nestes últimos provocando exclamações do tipo: "sintaxe é uma coisa que só o meu colega do lado sabe fazer, eu nunca vou aprender esse negócio". A referência é sobre a famigerada análise sintática bem tradicional, ainda tão

em voga em nossas salas de aula e vista de uma maneira ameaçadora pelos alunos.

O que acontece, afinal, com o estudo de Classes de Palavras? Por que esse estudo surge tão dificultoso para os nossos alunos? Entrevistados nas salas de aula, os professores reclamam que os alunos, apesar de lerem e interpretarem relativamente bem os textos, escreverem suas redações mais ou menos, conseguem se livrar dos problemas de concordância nominal e verbal, entre outros aspectos, não conseguem identificar corretamente um adjetivo, diferenciando-o de um substantivo, um pronome que não é artigo, as conjunções das preposições, etc.

Partes do discurso ou espécies gramaticais, as Classes de Palavras são definidas sobre as bases de definição formal e sobre definição nacional, respectivamente, critérios sintáticos e semânticos.

Do ponto de vista sintático, as Classes de Palavras são definidas pelo papel recíproco das palavras enquanto constituintes das frases, ou seja, o nome como núcleo do sintagma nominal que se associa ao verbo, que é o núcleo do sintagma verbal. O nome e o verbo se distinguem, também, pela especificidade de suas flexões, porque a flexão nominal do primeiro suporta as categorias de gênero e número, enquanto a flexão verbal do segundo suporta as categorias gramaticais de pessoa e do tempo, como é o caso do português.

Assim sendo, é o aspecto sintático que pode determinar as classes dos nomes, pronomes, dos verbos, dos adjetivos, dos artigos, dos advérbios, das preposições, das conjunções e das interjeições. A ausência ou presença de flexões é que pode distinguir as espécies de palavras variáveis, entre as quais, nomes, pronomes, adjetivos, verbos, e os determinantes em geral, além das espécies de palavras invariáveis, preposições, conjunções e interjeições.

O aspecto semântico compreende a cada parte do discurso uma significação particular ou uma referência ao mundo exterior, considerando que a definição formal e a definição nacional existem simultaneamente. Portanto, os nomes designam as pessoas, os objetos ou as situações: são os substantivos. Os verbos e os adjetivos designam os processos e os estados,

distinguindo-se secundariamente pelo fato de os verbos indicarem basicamente um processo, enquanto que os adjetivos indicam uma qualidade. Os advérbios representam uma propriedade de natureza idêntica à do adjetivo, mas relativo ao processo, por conseguinte, ao verbo, ou concernente a uma qualidade, por conseguinte, ao adjetivo. As preposições e as conjunções indicam uma relação lógica entre as partes do discurso ou entre as frases. Os artigos determinam os substantivos, os pronomes substituem os nomes ou se referem aos actantes da comunicação. As interjeições são intrusões diretas no discurso do sujeito que fala, e elas se definem pela ausência de papel sintático.

Existe, assim, uma oposição entre as partes maiores do discurso (nomes, verbos, adjetivos e advérbios) que têm um sentido, e as partes menores do discurso (preposição e conjunção), que nada significam em si mesmas. Surge, também, uma espécie de hierarquia entre estas três categorias: o nome forma a categoria primária, associando-se ao verbo ou ao adjetivo, que formam as categorias secundárias, constituindo a frase. O advérbio vem como uma categoria de terceiro grau, em função de poder combinar-se com o verbo ou com o adjetivo.

Será que a questão do Ensino de Classes de Palavras não está ligada ao objetivo principal do tema? Identificar, classificar! Por que não pode ser relacionar? Por que não se deve contextualizar? Há um bom tempo atrás já se via em livros e em salas de aula um exemplo clássico: *herói jovem e jovem herói*, mostrando a necessidade de se apelar para o contexto, visando à definição correta da classe de palavra à qual pertenciam os nomes em questão nas duas estruturas apresentadas. O ensino das Classes de Palavras ainda reflete reuniões de listas enormes de femininos, plurais, diminutivos, aumentativos, prefixos, sinônimos, conjugações verbais... Como nos fala Faraco (in Geraldini:23), "será que ninguém percebeu que não falamos reunindo listas? Que os elementos lingüísticos só funcionam em contexto (e, portanto, só aí é que podem ser adquiridos)?" É um tipo de estratégia de ensino que leva o aluno a decorar as formas sem, no entanto, conseguir sentir e aprender o seu significado, em função do desenvolvimento do assunto ser sempre informado fora de um contexto.

Recentemente, o depoimento de uma professora caiu como uma luva sobre a questão da necessidade de se trabalhar as palavras dentro de um contexto para definir o seu significado e, se necessário, a sua classe. Informou a mestra que, seu pai, em outros tempos, dizia o seguinte: "Não sei se te mando para ou

à...". Ora, este é um exemplo bastante simples e fácil de se trabalhar as preposições, mostrando a sua verdadeira face o seu verdadeiro valor dentro da enunciação. Entretanto, decorar a lista de preposições portuguesas, ainda hoje, é uma forma de se trabalhar preposição, sem considerar a abrangência e a sua grande carga de significados e, desta forma, distanciando-se do principal objetivo do ensino de Língua Portuguesa que é trabalhar os fatos da língua, isto é, ensinar a língua através do contato direto com a mesma.

Na pesquisa de Neves (1990, 12), onde se perguntou a professores o que é ensinado em Língua Portuguesa nas séries de 1ª (a partir da 5ª série) e 2ª graus e os exercícios propostos como avaliação de aprendizagem, consta que a gramática é vista como uma simples transmissão de conteúdos expostos nos livros didáticos em uso e os exercícios sugerem, em mais de 70% das entrevistas, atividades de "reconhecimento de classes de palavras", "reconhecimento de funções sintáticas", "reconhecimento e classificação de funções sintáticas", "classificação de orações" e "classificação de períodos". Ainda em Neves (idem: 15), o papel das "definições" das entidades de ensino da gramática são necessárias, de acordo com os entrevistados, "para permitir o reconhecimento das classes gramaticais e os termos da oração".

Para esses objetivos do ensino da gramática, Neves (ibidem: 10) revela com sua pesquisa que 50% dos entrevistados considera que o "para que" se ensina gramática visa a "o bom desempenho, melhor expressão, melhor comunicação", "obter aprovação em concursos, vencer na vida", "ser bem aceito na sociedade". Além desse aspecto, um bom percentual de professores disse que "só ensina gramática para cumprir o programa".

Afinal, reconhecer classes de palavras serve, verdadeiramente, para se vencer na vida? Serve para se comunicar bem, para se expressar melhor? Em nossas aulas, costumamos usar um exemplo que pode parecer até patético, porém é verdadeiro: será que num determinado momento de nossa vida, pode ser numa discussão acalorada, numa declaração de amor, numa entrevista, num bate papo, nós nos preocupamos com as classes de palavras usadas ou se estamos usando períodos simples ou compostos em orações coordenadas ou subordinadas?

Considerando que não conseguimos carregar essas "listas" e imediatamente "classificá-las", surge, daí, o grande problema do ensino de Língua Portuguesa que apresenta as bases de classificação e identificação.

A teoria gramatical é importante no ensino de Língua Portuguesa? Sim, é importante! Mas deve-se considerar uma variada gama de aspectos quando se busca o tópico classes de palavras, em função de buscar sanar as deficiências do tipo de ensino ainda praticado quando se aborda esse tema.

Para a gramática tradicional, segundo Sandmann (1991:18), a morfologia classifica as palavras de acordo com critérios preestabelecidos, invocando-se apenas um critério, o morfológico ou formal, que aponta dois grandes grupos, o das variáveis e o das invariáveis e, mais tarde, levantando outras subdivisões como as palavras que recebem flexões de gênero e número, as palavras que recebem flexões de pessoa e número, tempo, modo e aspecto. É um critério precário mas, ainda assim, é o mais comum nas orientações da escola. Sandmann exemplifica com o adjetivo *político* (o analfabeto político) e com o substantivo *político* (o político vigarista), mostrando que o uso apenas o critério morfológico da flexão não permite a distinção entre adjetivo e substantivo.

O critério sintático, pura e simples, poderia levar-nos a criar um sem número de classes de palavras em função da distribuição das palavras na frase e suas múltiplas possibilidades de funções.

O critério semântico também é passivo de falhas se considerado como único. Sandmann (idem:18) levanta vários casos de gramáticas nas quais o critério semântico não corresponde como classificador de palavras. Por exemplo: verbos que indicam estado, porém, estados também são indicados por adjetivos.

Dessa forma, torna-se necessário considerar que para se determinar a classe de uma palavra é preciso observar-se mais de um critério, ou senão todos, os critérios para não se cometerem novamente as falhas ainda existentes e impressas numa grande quantidade de manuais didáticos.

Assim sendo, torna-se necessário objetivar o ensino de Classes de Palavras de modo que o mesmo possa constituir-se de elementos em outro nível de análise que não seja o isolamento de um contexto, o que levaria à manutenção do estado de autonomia da palavra. Ouve-se bastante, nas escolas: "trabalhamos com textos", o que, na maioria das vezes, é apenas mais um pretexto para os trabalhos com ortografia, classificação, entre outros, não percebendo, o professor que, ao retirar uma palavra desse contexto, pura e simplesmente, ainda aqui estará novamente despidendo esta palavra do seu real valor e significado em sua relação às demais, perdendo-se a oportunidade de ver esta

palavra formal, funcional ou semanticamente e assim continuar tomando-a como se fosse uma peça avulsa.

Não se trata, apenas, de traçar novos objetivos para o ensino de Língua Portuguesa e sim de como procurar melhorar o desempenho lingüístico dos alunos. Apesar de manifestações de intenções acerca do assunto, é necessário que se parta definitivamente para uma prática desse ensino em nossas salas de aula, prática esta que a escola não tem conseguido realizar de modo satisfatório. O trabalho com as palavras dentro de um contexto é fundamental. Dá trabalho, é verdade, mas o professor terá que abandonar um pouco mais os manuais didáticos, as receitas prontas e os exemplos tipo: determinante + determinado + verbo + complemento/predicativo ou, artigo + substantivo + verbo + substantivo/adjetivo, exemplos tão comuns em nossas salas de aula que, na realidade, têm a tendência a restringir a expressão, além de negarem ao aluno as possibilidades de crescimento vocabular e, dessa forma, negarem, também, as possibilidades de seu melhor desempenho lingüístico

BIBLIOGRAFIA

- DUBOIS, Jean. et al. (1988). *Dicionário de Lingüística*. 3ª, São Paulo, Cultrix.
- GERALDI, João W. et al. (1985). *O Texto na Sala de Aula*. Cascavel. Assoeste.
- SANDMANN, Antônio J. (1991). *Morfologia Geral*. São Paulo, Contexto.
- MURRIE, Zuleika. et al. (1994). *O Ensino do Português*. 3ª, São Paulo, Contexto.
- NEVES, Maria Helena de M. (1990). *Gramática na Escola*. São Paulo, Contexto.

* Hilton Silva é mestrando em Lingüística e professor do Departamento de Língua e Literatura da UEPA.